



Exma. Senhora  
Dr.ª Catarina Gamboa  
Chefe do Gabinete do Senhor Secretário de  
Estado dos Assuntos Parlamentares  
Palácio de São Bento  
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA  
Ofício 1420

SUA COMUNICAÇÃO DE  
19-04-2021

NOSSA REFERÊNCIA

DATA

**ASSUNTO** Pergunta n.º 1862/XIV/2.ª, de 19 de abril de 2021, BE  
**Estudos sobre a bacia hidrográfica do rio Tejo**

*Cara Catarina,*

Em resposta à Pergunta n.º 1862/XIV/2.ª, de 19 de abril de 2021, formulada pelas Senhoras Deputadas Maria Manuel Rola e Fábíola Cardoso e pelo Senhor Deputado Ricardo Vicente do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda (BE), encarrega-me o Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática de transmitir o seguinte:

1. e 2. A aposta desta área governativa em matéria de gestão recursos hídricos centra-se, em primeira instância, no aumento da eficiência no uso e gestão da água, nomeadamente através da promoção da redução das perdas de água no setor urbano, agrícola e industrial, assim como da promoção da reutilização de água residual tratada.

Ao nível da oferta de outras novas origens de água, o foco é na otimização da capacidade de armazenamento existente e na interligação de sistemas de abastecimento que possam aumentar a resiliência dos recursos hídricos, prevenindo situações de escassez que possam condicionar as atividades atuais, face ao expectável agravamento de situações de seca resultante das alterações climáticas.

Na bacia do Tejo, a forte regularização existente, os efeitos das alterações climáticas e o aumento das necessidades, têm conduzido a uma diminuição significativa dos caudais do rio, obrigando à definição de estratégia de gestão da oferta e da procura que promova também o estado das massas de água.

Neste contexto, torna-se necessário definir os caudais ecológicos que o Tejo deve observar, constituindo este tema uma parte significativa do estudo. A parte sequente do estudo consiste na avaliação de soluções estruturais e de gestão do recurso que permitam atingir esses caudais.

A bacia hidrográfica do Ocreza, dada a sua confluência no segmento superior do Tejo nacional, permite beneficiar parte significativa do troço nacional do Tejo e estará, à partida, mais bem posicionada para a



garantia de uma reserva hídrica ecológica, encontrando-se em análise a possibilidade da otimização da exploração da albufeira de Pracana ou a constituição de uma nova albufeira. No segmento intermédio do troço nacional do Tejo, há que explorar o potencial do rio Zêzere, a capacidade da albufeira do Cabril e a possibilidade de interligação com outros sistemas. Entre outras, são soluções que estão a ser avaliadas.

Assim, o estudo tem um carácter multidisciplinar, não se centra no Ocreza, mas no objetivo de incrementar os caudais ambientais do rio Tejo, com recursos hídricos da parte portuguesa da bacia. Este objetivo complementa as negociações com Espanha, no âmbito do aprofundamento da Convenção de Albufeira, nomeadamente no âmbito do Grupo de Trabalho da Qualidade da Água no Rio Tejo, criado em 2018, e do Grupo de Trabalho sobre Secas e Inundações, criado em 2020, na definição do seu contributo para os caudais ecológicos associados à cascata Alcântara, Cedillo- Fratel e Belver.

O estudo está em curso, e previsivelmente será apresentado nos primeiros meses do segundo semestre do presente ano.

3.O projeto referido é da iniciativa da área governativa da agricultura, a sua viabilidade ambiental (incluindo o impacte nos recursos hídricos) será avaliada no âmbito da legislação em vigor aplicável.

4.Esta área governativa não dispõe da informação requerida, sendo a mesma da competência da área governativa da agricultura.

5.Reitera-se que as soluções a avaliar, no âmbito do aumento da resiliência ecológica do Tejo, estão ainda a ser avaliadas, e destinam-se ao estabelecimento de um caudal ecológico e não a aumentar os consumos de água natural.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Fernando Caryalho

LW/JP